

SEGURANÇA: UM MOTE NEOLIBERAL NA MÍDIA¹

William César Gonçalves²

RESUMO:

No presente artigo, são discutidos os princípios que regem partidos e governos que apresentam uma inclinação à ideologia neoliberal e como estes prezam por uma menor interferência governamental. É abordado também o papel assumido por parte da mídia na busca da modernidade e como este discurso serve de instrumento primordial na expansão deste modelo político-econômico. Posteriormente é abordada a ênfase na repressão policial apresentada por governos neoliberais, uma ação que se apoia em uma construção discursiva que aponta este caminho como sendo o único para se obter segurança. A partir daí realiza-se uma Análise de Conteúdo de uma propaganda do Governo de Minas Gerais onde estes preceitos neoliberais aparecem como solução aos problemas envolvendo a segurança pública.

Palavras-Chave: *propaganda; neoliberalismo; segurança; mídia; identidade*

¹ Trabalho apresentado no GT 1 – Propaganda Política e Ideológica do XII Congresso Brasileiro de Comunicação Política e Marketing Eleitoral – Juiz de Fora (MG), 2013.

² Graduado e Publicidade Propaganda, especialista em Comunicação Empresarial e Mestrando em pela Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: wc.goncalves@hotmail.com

Considerações Iniciais

Desde meados do século XX o mundo vem experimentando uma reestruturação cultural, econômica e política. Muito disso se deve à “quebra” de fronteiras onde pessoas, produtos, culturas e capital circulam com maior facilidade. Uma “aldeia global” na qual os meios de comunicação exercem papel fundamental, sendo os responsáveis pelo tráfego de informações, conectando diferentes partes do mundo e colaborando para a diminuição das distâncias, para o rompimento das barreiras físicas e burocráticas que separam as nações. Mas a relevância da mídia não se restringe somente a isso, ela é parte central na estrutura política mundial, na qual é ferramenta primordial na manutenção e obtenção do poder.

É sobre esta perspectiva que este trabalho é construído e as discussões presentes nele são tecidas. Argumenta-se sobre a participação dos meios de comunicação no processo de globalização e também difusão do neoliberalismo após a II Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, falamos do cenário brasileiro frente estas três forças. Como que a política nacional e alguns partidos políticos absorveram preceitos ideológicos e implantaram no país novas perspectivas políticas. Posteriormente, é abordada a visão que se projeta da América Latina como sendo local “atrasado” por apresentar posições divergentes em relação a medidas de Menos Estado. Novamente, a mídia é central nesta discussão, pois é quem reverbera este discurso e legitima a desregulamentação de mercado como alternativa mais profícua à “aplicação do moderno”.

Na terceira parte deste *paper*, discorre-se sobre a política neoliberal de encarceramento das camadas mais pobres da população. Através de uma maior vigilância e punição promete-se mais segurança, um processo que atende a este modelo de gestão. Por fim, realiza-se uma Análise de Conteúdo de uma propaganda institucional do Governo Minas Gerais. Com base no referencial teórico elencado neste trabalho, pretende-se evidenciar como técnicas e meios de comunicação são utilizados para transmitir o aprisionamento e a repressão como solução à criminalidade.

Neoliberalismo, Globalização e Circulação Midiática

O neoliberalismo tem sua ascensão após a II Guerra Mundial, principalmente na Europa e América do Norte onde o capitalismo avançado já regia as visões políticas. Este modelo era uma contraposição ao Estado de bem-estar (Anderson, 1995), ou como se pode dizer, um Estado mais regulador, coercitivo de direitos individuais e coletivos. As críticas a este modelo político apresentada por economistas como Milton Friedman, Robert Nozick e Friedrich Hayek foram ideários importantes na reivindicação de um novo modelo. O texto de Hayek (1944) é um dos pilares sobre os quais esta ideologia se edificou. Em seu livro “O Caminho da Servidão”, o autor aponta que toda interferência estatal apresenta-se como um sério risco à liberdade individual e ao desenvolvimento pessoal e nacional. Ainda nesta obra, Hayek diz que mediação governamental leva a autocracias como as da Alemanha nazista e da União Soviética comunista.

Esta ótica lança o foco no indivíduo em detrimento ao coletivo, responsabilizando o sujeito por suas conquistas e também por seus fracassos. O bem-estar antes promovido pelo Estado é “entregue” ao cidadão que só depende de si próprio para obter as benesses que a vida produtiva propícia. Uma perspectiva um tanto quanto tentadora e altamente defensável si, é claro, fosse a vontade pessoal a única variável. Hayek (1944) defendia que uma influência estatal degeneraria a sociedade, pois haveria uma planificação econômica onde o “espírito” da competitividade se apagaria, formando um exército de pessoas inúteis, um campo propício para a dominação. Em contrapartida, dava como alternativa o desatamento dos nós burocráticos para a emergência de um comércio livre, onde o próprio mercado ditaria as regras e obteria uma auto-regulamentação. Isso sim impulsionaria os indivíduos a darem o que tem de melhor, tendo em retribuição todo o bem-estar possível, uma felicidade alcançável por todos.

O neoliberalismo inaugura uma nova etapa na correlação de forças entre Estado, capital e trabalho. Corroídas as bases da acumulação keynesiana, o Estado neoliberal lança mão de três políticas estatais específicas: a) políticas desregulamentadoras, isto é, da redução reguladora e disciplinadora do Estado no terreno da economia e das relações de trabalho; b) políticas de privatização, ou seja, desestatização de empresas produtoras de serviços e bens públicos e c) políticas de abertura da economia ao capital internacional, eliminando as reservas de mercado e o protecionismo econômico³ (Guiot, 2006, p. 49).

³ SAES, Décio. “A República do Capital – capitalismo e processo político no Brasil”. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 82. Nota do autor.

Guiot (2006) ainda relata que o neoliberalismo entrou efetivamente em funcionamento na Europa quando o governo de Margareth Thatcher assume o poder na Inglaterra em 1979. Na América do Norte esta ideologia ganha forma quando Ronald Reagan é eleito em 1980 e, posteriormente, a “onda” neoliberal alcançaria outros países, muitos deles sendo governados por frentes social-democratas que, segundo Guiot (2006, p. 51), se deixaram “levar pela “maré da economia global”” e passaram a ser aplicadores resolutos desta metodologia política.

Em se tratando de América Latina, tem-se aqui a “terceira grande experimentação do neoliberalismo” (Guiot, 2006, p. 53), que o autor denomina de “laboratório neoliberal”. O levante da “nova” ideologia latino-americana teve seu início no Chile sob a égide de Augusto Pinochet e da ditadura que este encabeçara. Sequencialmente outros países aderiram ao neoliberalismo, estando o Brasil entre eles. Por aqui, esta visão político-econômica ascendeu com a eleição de Collor de Melo em 1990. Em sua candidatura Collor defendeu veementemente o combate aos altos gastos com a máquina pública e a promoção do Brasil ao status de país desenvolvido, o que significava seguir os moldes tidos como avançados, sendo os Estados Unidos o principal modelo.

Collor elegeu-se com base em projeto de “modernização” do país. Em seus contornos mais gerais, este projeto contempla uma integração subordinada do Brasil nos marcos do mundo capitalista avançado. Fundado num ideário de neoliberal para um país de Terceiro Mundo industrializado e intermediário, tal projeto opera uma brutal reestruturação do país, levando à desindustrialização [...] (Antunes, 2004, p. 16).

Após uma série de planos econômicos fracassados, o que ajudou a aprofundar a crise brasileira, juntamente aos escândalos envolvendo sua vida pública e privada, o então presidente viu o fim de seu mandato em 1992. Aliás, estes escândalos foram propalados pelos meios de comunicação que outrora apresentavam certa adesão à filosofia de governo de Collor como aponta (Dos Santos, 2008). A administração sucessora também encontrara o mesmo apoio midiático como elucida Antunes (2004, p. 31) quando diz que este era “um governo recém-eleito que contava, dado monumental apoio de todos os grandes veículos de comunicação de massa, com a relativa “aceitação” de parcela expressiva da chamada opinião pública”.

Kellner (2001) reforça essa participação midiática quando expõe a carga ideológica contida em filmes como “*Top Gun*”, onde o conteúdo do longa-metragem conversava diretamente com a postura do governo Reagan. A produção hollywoodiana juntamente como

todo o aparato comunicativo americano era, e ainda é, um eloquente meio por onde se objetiva cristalizar na mente do público o modelo político-econômico neoliberal como sendo o ideal e mais ainda, que se deve ser capaz de tudo para manter o “*American way of live*”. Todo este processo, com seus artifícios, técnicas e modelos, acaba por influenciar na percepção que o indivíduo tem de si mesmo e da sociedade onde está inserido, como quando Hall (2001) fala das identidades fluídas, provenientes da modernidade, que estão em constante processo de construção, sendo afetadas pelo o que as cercam.

Hall (2001) atribui à globalização essa ruptura na configuração da sociedade. O global passou a predominar sobre o local e como Giddens (1990) *apud*. Hall (2006) diz, o passado era venerado e os símbolos valorizados, o que se desfez no processo de globalização. Ainda segundo este autor, “[...] à medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” (Giddens, 1990: 6 *apud*. Hall, 2006, p. 15).

Analisando o contexto da produção midiática norte-americana, Kellner (2001) chama a atenção para a grande circulação mundial da “cultura da mídia” estadunidense, o que, conseqüentemente, acaba por levar a ideologia neoliberal a outros lugares do globo. Aliás, a circulação facilitada de pessoas, de capital, de informação e de bens, sejam eles de consumo, simbólicos e culturais, é o que configura, em parte, o processo de globalização, fenômeno que atende tanto ao sistema neoliberal como a grandes empresas como, por exemplo, os conglomerados de comunicação. “Do ponto de vista da análise socioeconômica a globalização é apresentada como a expressão contemporânea da internacionalização do capital (Chesnaï, 1996)⁴, com interconexões de mercados e de fluxos financeiros” (Jardim; Oliveira, 2009, p. 1). Os autores complementam dizendo que:

As análises sociais e políticas sobre a globalização partem do emergente sistema cultural global, que possibilita interpretações sobre o atual desenvolvimento social e cultural, advindos do uso de novas tecnologias responsáveis pelo surgimento de novos processos societários. Entre essas análises, o estudo do desenvolvimento técnico científico-informacional baseado num sistema de satélites de informação, gerador de disseminação de padrões globais de consumo e de consumismo, vem gerando processos de aculturação e novos estilos de vida cosmopolitas. Como exemplos disso podem os citar: a emergência de esportes globais; o surgimento de um sistema político regulatório mundial, que inicialmente se apresenta sob a liga das Nações e posteriormente das Nações Unidas; o domínio do inglês como língua universal; a

⁴ CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo, Xamã, 1996. Nota dos autores.

difusão de padrões culturais e de vida norteamericanos, via difusão da indústria cultural (Adorno, 2007)⁵ (Jardim; Oliveira, 2009, p. 2).

Como é perceptível, há uma espécie simbiose entre meios de comunicação, globalização e ideologias neoliberais. Um processo de interconexão que impulsiona as partes interessadas em direção a esta configuração política. Este processo se estende para grande parte do mundo, incluindo a América Latina.

Mídia e o Modelo de Primeiro Mundo

[...] as corporações de mídia projetam-se, a um só tempo, como agentes discursivos, com uma proposta de coesão ideológica em torno da globalização, e como agentes econômicos proeminentes nos mercados mundiais, vendendo os próprios produtos e intensificando a visibilidade dos de seus anunciantes. Evidenciar esse duplo papel parece-me decisivo para entendermos a sua forte incidência na atualidade (Moraes, 2004, p. 6).

Além deste duplo papel do qual o autor fala, é tão importante quanto salientar que na democracia moderna, o público vê os meios de comunicação como parte importante no processo democrático (Aldé, 2001). São veículos que transmitem as informações aos cidadãos e onde há uma espécie de vigília do poder público, uma função “atribuída” ao jornalismo basicamente. Com o fim dos regimes militares na maioria dos países latino-americanos, a imprensa e o aparato midiático com um todo assumiram a função de proteger a liberdade de expressão e combater quaisquer ameaças a este e outros direitos humanos, sociais e econômicos. Como Moraes (2004) elucida, há também interesses econômico-mercadológicos que condicionam o processo informacional, cultural e de entretenimento dos meios. Como já exposto na primeira parte deste trabalho, a ideologia neoliberal atende algumas destas requisições dos grandes veículos de comunicação. Assim, o discurso de modernização da região latina do continente americano se faz presente.

Na América Latina, observa-se um julgamento que se sustenta desde a colonização e que se baseia na concepção de “atraso”, característica atrelada à identidade dos povos latinos como aponta Mendes (2010). Tal “traço social” é mais simbólico do que propriamente real, mas ganha uma aura realística devido ao alto grau de repetição que apresenta. Este pseudo

⁵ ADORNO, Theodor H. Indústria cultural e sociedade. 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. Nota dos autores

atributo sul-americano é construído através de um discurso hegemônico que antes se espelhava nas concepções europeias e, hoje, norte-americanas de desenvolvimento. Importações ideológicas e simbólicas muitas vezes incoerentes com os aspectos socioculturais desta região.

Mendes (2010) ainda diz que, a fim de dinamizar a economia latina, foi reproduzido aqui o modelo econômico dos países desenvolvidos, pautando-se na produção de bens de consumo em larga escala, juntamente com o consumismo, que era difundido pelos diversos segmentos midiáticos. Mendes (2010) aponta que os meios de comunicação tiveram um importante papel na tentativa de espantar do fantasma do “atraso”. Eles agenciaram os bens de consumo produzidos, visando homogeneizar o público na esperança de adaptar o gosto cultural “exótico” local aos padrões dos países desenvolvidos. Na década de 70 com a abertura do mercado diante a globalização e o endividamento dos países latinos, o Estado enfraqueceu-se, não sendo mais o detentor da regulamentação, algo que perdurou até os anos 2000, quando a região experimentou a retomada da participação estatal com a ascensão de governos de esquerda (MATOS, 2013). E este discurso de “atraso” *versus* “avanço” nunca deixou de existir, nos governos neoliberais como os de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso foi usado para a manutenção destes. Em governos “intervencionistas” é utilizado para criticar a interferência do Estado nas relações individuais e coletivas, atribuindo lhes características de involução como é o caso venezuelano como Mendes (2010) elucida em seu trabalho.⁶

No contexto brasileiro, como em grande parte do mundo, a televisão assume uma primazia sobre as outras mídias. Seu conteúdo costuma pautar conversas nos mais variados ambientes, com diferentes tipos de pessoas. Sobre a televisão, Kellner (1990) *apud*. MATOS (2013, p. 163) observa que

O meio tem sido conceitualizado por radicais dentro das Ciências Sociais como fazendo parte de um “aparato ideológico estatal” (Althusser, 1971), como instrumento que “mantém a hegemonia e legitima o *status quo*” (Tuchman, 1974), e uma máquina da propaganda que “fabrica o consenso” à ordem sociopolítica existente (Hermen e Chomsky, 1988).

Kellner (1990) *apud*. Matos (2013) vê a televisão inserida em um bioma corporativo. “Porém, admite que a televisão tem funções sociais contraditórias, algumas vezes produzindo valores conservadores e outras vez promovendo mudanças liberais” (Matos, 2013, p. 165).

⁶ MENDES, Gláucia Silva (2010) em sua dissertação de mestrado realiza uma Análise de Conteúdo onde explana a narrativa do “atraso” presente nos jornais O Globo e El Universal. A autora abarca as matérias sobre o governo do presidente venezuelano Hugo Chavez, ferrenho opositor do modelo político-econômico neoliberal.

Esse corporativismo, com seu viés mercadológico e seu processo de expansão, pode ser visto sob a ótica da transnacionalização da produção midiática, processo que força a uma homogeneização dos conteúdos, principalmente os televisivos. Essa planificação cultural, via mídia, configura-se em uma “dominação cultural transnacional” onde grandes conglomerados de comunicação dirigem “de cima” o processo de globalização, apoiando-se nas políticas de desregulamentação empregadas por vários Estados (Matos, 2013). Desta forma podemos perceber uma tensão em relação ao ambiente político, cultural, social e econômico latino-americano, uma pressão em direção a abertura de mercado.

Pavam (2013: 38) relata a posição conservadora da mídia brasileira e expõe que seus dirigentes defendem uma democracia participativa e o liberalismo mercadológico, mas não titubeiam em defender o segundo, abrindo mão da democracia como aconteceu no período da Ditadura Militar. O autor ainda cita Perseu Abramo (*apud*. JORGE, 2003) quando este diz que a imprensa brasileira é partidarizada, que cada veículo almeja o poder e acabam se tornando verdadeiros partidos políticos. Dos Santos (2008) exagera ao atribuir papel decisivo da revista VEJA na campanha de Fernando Collor, mas acerta ao mostrar o nítido sufrágio prestado pela revista ao candidato.

Segurança: um discurso propriamente neoliberal

Pode-se dizer que um dos subprodutos da política neoliberal é a desigualdade social que é acompanhada de perto pela “criminalização” das camadas em risco social (Wacquant, 1999), fato derivado do desemprego, do afrouxamento dos direitos trabalhistas, da perda da capacidade do Estado em legislar, pela mudança na gestão do Estado e pelas novas formas de regionalização (Jardim; Oliveira, 2009). O teórico francês relata em seu livro “As Prisões da Miséria” (1999), o período em que o mundo vem experimentando um aumento considerável no número de prisões, muito devido a políticas de combate a criminalidade que têm como foco o encarceramento de desviantes que cometem pequenos delitos. Ele atribui este fenômeno à implantação e/ou importação da política de repressão ao crime batizada de “tolerância zero”, empregada pelos Estados Unidos e em muitos países da Europa.

O assombroso crescimento do número de presos na Califórnia, como no resto do país, explica-se, em três quartos, pelo encarceramento dos pequenos delinquentes e,

particularmente, dos toxicômanos. Pois, contrariamente ao discurso político e midiático dominante, as prisões americanas estão repletas não de criminosos perigosos e violentos, mas de vulgares condenados pelo direito comum por negócios com drogas, furto, roubo, ou simples atentados à ordem pública... (Wacquant, 1999, p. 53).

O autor escreve sobre o caso brasileiro e diz que:

a adoção das medidas norte-americanas de limpeza policial das ruas e de aprisionamento maciço dos pobres, dos inúteis e dos insubmissos à ditadura do mercado desregulamentado só irá agravar os males de que já sofre a sociedade brasileira em seu difícil caminho rumo ao estabelecimento de uma democracia que não seja de fachada... (Wacquant, 1999, p. 8).

Wacquant (2012, p. 13) relata que “a “mão invisível” do mercado necessita do “punho de ferro” do Estado penal e convoca-o”, parte do sistema que compõe o que o autor chama de “era da insegurança”. No caso latino-americano do qual falamos anteriormente, onde governos de esquerda ascenderam ao poder na última década,

[...] quando necessário, o IAPE⁷ ignora o nível nacional e trabalha com adversários regionais ou municipais do governo central para promover seus remédios pró-mercado e pró-policimento. Foi o que ocorreu na Venezuela, em que o esquerdista Presidente Hugo Chávez deseja combater o crime reduzindo a pobreza e a desigualdade, enquanto seus adversários políticos, como o Prefeito de Caracas, partilham a ideia do Manhattan Institute de que os responsáveis pelos crimes são os criminosos, e a missão de reprimi-los recai somente sobre as forças da ordem (Wacquant, 2012, p.12).

O teórico fala ainda da adoção resoluta deste modelo punitivo apresentada por certo políticos sul-americanos, mesmo depois de esta região ter se tornado um “epicentro de discordância com as ideias liberais e de resistência ao domínio econômico e político dos EUA” (Hershberg & Rosen, 2006: 432 *apud.* Wacquant, 2012, p. 13). Em seu livro publicado em 1999, Wacquant aponta o crescimento do sistema penal como uma consequência do modelo neoliberal, mas faz uma revisão evidenciando que “supervisionar os pobres sob uma filosofia de comportamentalismo moral e que um sistema penal expansivo e dispendioso não é uma consequência do neoliberalismo, como afirmado em *Prisões da miséria, mas um componente essencial do próprio Estado neoliberal*” (Wacquant, 2012, p. 17).

⁷ Inter-American Policy Exchange (IAPE), um programa concebido para exportar suas estratégias favoritas de combate ao crime para a América Latina como parte de um pacote de políticas neoliberais que compreendia “distritos de melhoria dos negócios”, reforma escolar por meio de comprovantes de despesas e contabilidade burocrática, redução do Estado e privatizações.

Deste modo, como o autor elucida em seus dois textos aqui utilizados, a mídia, ou melhor, alguns veículos de comunicação constituem parte desta “geringonça organizacional” (Wacquant, 2012) que reverbera o discurso punitivo, não tentando diminuí-lo, mas o legitimando como única forma de combater a criminalidade. (Moraes, 2004, p. 16) relata que “o avanço do neoliberalismo no terreno político-cultural repousa, em larga medida, na capacidade demonstrada pelas indústrias de informação e entretenimento de operar como máquinas produtivas que estruturam, simbolicamente, o discurso da vida e da produção”. Um aparato que constitui a propaganda descrita por Domenach (2001), o que ele compreende como sendo muito mais do que uma simples veiculação de mensagem momentânea (o que ele chama de publicidade), mas sim, toda uma estrutura voltada para a propagação de doutrinas, ideologias ou filosofias pertencentes a grupos que aspiram obter ou manter o poder.

Ênfase na Repressão

Minas Gerais é o Estado da Federação que mais investe, proporcionalmente à sua arrecadação, em segurança como aponta o Ministério da Justiça (2012). Mas por outro lado é o segundo estado com maior população carcerária e um dos últimos a investir na ressocialização dos presos, estando em 2011 à frente somente da Paraíba⁸. Estes são dados que podem apontar para uma ênfase na repressão e institucionalização de desviantes, uma política de acautelamento e não de diminuição da criminalidade como aponta Wacquant (1999). Estas informações são colocadas aqui para contextualizar o objeto que será analisado nesta parte do trabalho, a propaganda da Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais.

Através de uma Análise de Conteúdo pautada no referencial teórico aqui utilizado, temos como objetivo analisar se preceitos que fazem parte da política neoliberal apareceram explícitos ou implícitos nesta “ferramenta” de comunicação. Laçamos mão da Análise de Conteúdo por esta se configurar em um “conjunto de técnicas de análise das comunicações [que visa] obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis indeferidas) destas mensagens” (Bardin, 1977, p. 23). Em relação à publicidade, Domenach (2001) fala de sua efemeridade, uma

⁸ É importante ressaltar que os estados do Acre, Mato Grosso, Pará e Rondônia não apresentam dados a este respeito.

natureza momentânea voltada somente para a venda e promoção. Mas podemos considerar que uma publicidade (propaganda) institucional de um governo, mesmo que pequena e isolada, pode ser parte da “orquestração” da qual discorre o discorre. O objetivo com isso é o de identificar um provável discurso neoliberal de fundo, focado em mostrar para a população as benesses da punição como método eficaz na manutenção da ordem social.

Com um minuto de duração, o vídeo⁹ intitulado “SEDS MG: Minas tem trabalho, eficiência e o maior investimento em segurança no Brasil” foi exibido na televisão entre os meses de Abril a Maio de 2013. Neste período o Governo mineiro recebeu duras críticas em relação ao aumento da criminalidade no estado, enquanto outros, da mesma região, diminuíram seus índices segundo o Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (2013). A propaganda é protagonizada por André Ramiro, mesmo ator que interpreta o policial do *B.O.P.E*¹⁰, André Mathias, nos filmes *Tropa de Elite I e II*. A escalação deste ator pode ser interpretada como evocação da história cinematográfica, onde a personagem se constitui em um policial que utiliza da força, do poder bélico e da rigidez para combater o crime. Um agente da lei sem “misericórdia”, intolerante até com pequenos delitos. A primeira cena se constitui da seguinte maneira:

Tempo	Cena	Texto/Narração
01's a 12's		<p>Ator/narrador: A segurança é um dos maiores desafios do Brasil. Aqui em “Minas”, o Governo do estado vem trabalhando muito para encontrar soluções para problemas que afligem todos os brasileiros.</p>

A composição desta cena, assim como outras que aparecem ao logo da propaganda, remete a arquétipos de mineiridade como as cidades do interior, tranquilas e pacas, onde pessoas são despreocupadas com a violência e caminham livres, sem medo. As casas sempre destrancadas, sem grades, crianças brincando nas ruas e nas praças, tudo isso, faz parte da construção arquetípica presente no vídeo. Em todas as cenas nas quais o ator aparece está

⁹ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=CyxvaQ4cjoU>> Acesso em 03 Ago. 2013.

¹⁰ Sigla para “Batalhão de Operações Especiais”, uma divisão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

presente pelos menos um policial ou viatura, algo que pode ser entendido como uma tentativa de transmitir a mensagem que a segurança deriva-se apenas do policiamento ostensivo e, por isso, Minas Gerais pode ser e voltar a ser aquela das cidades interioranas. Já o discurso coloca o país como um lugar inseguro, onde não há uma solução efetiva para as questões de segurança. Deste modo, o Governo mineiro implanta novas medidas que visam melhorar a vida não só dos mineiros, mas também de toda a população brasileira. Logo em seguida são narradas as possíveis soluções para a diminuição da criminalidade.

Tempo**Cena****Texto/Narração**

13's a 26's




Ator/narrador: Por isso, “Minas” foi capaz de inaugurar a primeira penitenciária do Brasil feita pelo sistema de PPP¹¹. Com este modelo o Estado economiza os recursos da obra para investimento em outras áreas, garante mais segurança e melhores condições para efetiva ressocialização dos presos.

Wacquant (1999) chama a atenção para a crescente privatização do sistema penitenciário, uma exploração mercadológica encontrada em políticas implementadas por frentes neoliberais. As cenas mostram viaturas, funcionários e partes internas destas penitenciárias, são expostas imagens de equipamentos modernos adotados nestas “instituições totais”¹², algo que sugere que tais tecnologias são provenientes desse modelo de gestão. Esta segunda parte da narrativa completa a primeira e juntas dão o sentido de que as políticas


¹¹ Parceria público-privada. No caso de Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, a iniciativa privada fica à cargo de administrar a estrutura e as dependências internas, bem como os funcionários contratados pela concessionária e a produção advinda do trabalho dos sentenciados. O poder público é o responsável pela segurança externa do presídio, utilizando de Agentes Penitenciários Efetivos.

¹² Instituições Totais é um termo cunhado por GOFFMAN, Erving (1961) quando este se refere a instituições que, de certa forma, “controlam” a vida de quem nelas estão inseridos de alguma maneira. É o caso de prisões, escolas, manicômios e conventos.

feitas pelo PSDB-MG são realizadas não só visando melhorar as taxas de criminalidade no Estado, mas também oferecer este modelo ao resto do país. É relevante colocar que este trecho do discurso vai de encontro ao que é exposto no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2012, onde é registrada uma retração nos investimentos em ressocialização em Minas Gerais.


Tempo	Cena	Texto/Narração
27's a 36's		<p>Ator/narrador: Para garantir mais segurança aos mineiros, foram contatados novos policiais e pela primeira vez na história “Minas” tem pelo menos um delegado em cada comarca do Estado.</p>

A segunda metade da propaganda institucional começa por relatar os investimentos do Estado em relação ao efetivo policial.

Tempo	Cena	Texto/Narração
37's a 51's		<p>Ator/narrador: E não é só isso. O Governo mostra que tem compromisso com a população quando faz de “Minas” o Estado com maior número de presos estudando e trabalhando. E quando cumpre o que promete, “Minas” é o Estado que faz o maior investimento em segurança do Brasil.</p>

As iniciativas de ressocialização através do estudo e do trabalho são mostradas nesta parte da campanha televisiva. “Oficinas” de trabalho e salas de aula são retratadas oferecendo uma visão amenizadora, uma “solução” ao alto número de pessoas presas, já que Minas Gerais

é o segundo estado em números de encarcerados e de falta de vagas nas prisões, ficando apenas atrás de São Paulo (Ministério da Justiça, 2012).

Tempo	Cena	Texto/Narração
52's a 60's		Ator/narrador: “Minas”, aqui tem trabalho, eficiência e compromisso com as pessoas.

Na parte final da veiculação são trazidos elementos que estiveram presentes durante a peça publicitária. O ator faz a amarração de tudo que exposto atribuindo o “sucesso” na área de segurança ao trabalho do Governo, composto pelo PSDB e partidos aliados.

Considerações Finais

O discurso presente na propaganda visa reafirmar a concepção de que por meio da vigilância e da punição se pode alcançar a tão sonhada segurança. Este discurso é o mesmo utilizado por grande parte da mídia ao abordar o assunto. Nos meios de comunicação quase não há espaço para contestação do modelo político vigente, aleijado em matéria de medidas sociais que possam prevenir a criminalidade. Por outro lado, é pauta da mídia a discussão de uma lei penal mais rígida que atribua penas mais pesadas e longas aos criminosos e uma diminuição da maioria penal, onde menores de 18 anos passam a responder como adultos. Um agendamento que corrobora com a ideia de mais repressão e endurecimento com os pequenos delitos, descritos como as portas de entrada para crimes mais graves.

Esta propaganda institucional pode ser entendida como uma ponta, um elemento da “orquestração” da qual Domenach (2001) fala. É explícita, rápida e rasa como se espera de uma publicidade, mas é capaz de sinalizar toda uma infra-estrutura que visa legitimar junto ao público as medidas de “tolerância zero”.

Referências

- ALDÉ, A.. **A construção da política**: cidadão comum, mídia e atitude política. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IUPRJ, 2001.
- ANDERSON, P.. “Balanço do Neoliberalismo”. In. SADER, E. & GENTILI, P. (orgs) **Pós-neoliberalismo**: As políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 9-23.
- ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- BARDIN, L.. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- BRASIL, Ministério da Justiça. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2012**. Disponível em: <http://www.mp.ma.gov.br/arquivos/CAOPCRIM/FBSP_anuario_2012_08-11-12.pdf>. Acesso em 02 Ago. 2013.
- CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS. **Mapa da violência 2013**. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2013_jovens.php. Acesso em 01/08/2013.
- DOMENACH, J. M.. **A propaganda política**. 2001. Disponível em: http://xa.yimg.com/kq/groups/24814646/1936014138/name/Propaganda_politica+++Jean-Marie+Domenach.pdf . Acesso em 01/08/ 2013.
- DOS SANTOS, A.. **O Espetáculo na Política Brasileira**: a despolitização do político através das imagens de Fernando Collor nas capas da revista *VEJA* (1988-1992). Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2008.
- GUIOT, A. P.. **Um ‘Moderno Príncipe’ para a burguesia brasileira**: o PSDB (1988-2002). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFF, 2006.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (Trad.) Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- JARDIM, A. P.; FERNANDES, O. F.. **Globalização, Neoliberalismo e Estado-Nação**: Reflexões Analíticas. Rev. Perspectiva Sociológica, Ano 2, nº 3, 2009.
- HAYEK, F.A. **O caminho da servidão**. São Paulo : Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- KELLNER, D. **A cultura da mídia** - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno, Bauru, SP, EDUSC, 2001.

MATOS, C.. **Mídia e política na América Latina:** Globalização, democracia e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013

MENDES, G. M.. **A naturalização do atraso:** os noticiários de *El Universal* e *O Globo* sobre Hugo Chavez e as projeções identitárias sobre a América Latina. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MORAES, D.. A Lógica da Mídia no Sistema de Poder Mundial. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, Vol. VI, n. 2, Mayo – Ago. 2004.

PAVAM, C. A.. **O dilema de mazombo na cobertura do processo de integração continental:** projeções sobre as identidades do Brasil e da América Latina nos enquadramentos jornalísticos da *Folha de S. Paulo* e *d'O Estado de S. Paulo*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

WACQUANT, L. **Prisões da Miséria.** André Telles (Trad.) São Paulo; Sabotagem, 1999.

WACQUANT, L. A Tempestade Global da Lei e Ordem: Sobre Punição e Neoliberalismo. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 20, n. 41, p. 7-20, fev. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782012000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 02/08/2013.

Artigo recebido em 10 de agosto de 2014 e aprovado em 15 de setembro de 2014